

**UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO**

**MARIA PAULA DOURADO MAZETTO**

**ANÁLISE CRÍTICA DAS CONSEQUÊNCIAS DA  
MISSÃO DE PAZ DA ONU NA REPÚBLICA CENTRO-  
AFRICANA: UM EMPECILHO À EMANCIPAÇÃO  
HUMANA**

BAURU  
2016

**MARIA PAULA DOURADO MAZETTO**

**ANÁLISE CRÍTICA DAS CONSEQUÊNCIAS DA  
MISSÃO DE PAZ DA ONU NA REPÚBLICA CENTRO-  
AFRICANA: UM EMPECILHO À EMANCIPAÇÃO  
HUMANA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. M.<sup>a</sup> Beatriz Sabia Ferreira Alves.

BAURU  
2016

Mazetto, Maria Paula Dourado

M4763a

Análise crítica das consequências da missão de paz da ONU na República Centro-Africana: Um empecilho à emancipação humana / Maria Paula Dourado Mazetto. -- 2016.

52f.

Orientadora: Profa. M.<sup>a</sup> Beatriz Sabia Ferreira Alves.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade do Sagrado Coração – Bauru – SP.

1. Teoria crítica. 2. MINUSCA. 3. ONU. 4. Emancipação humana. I. Alves, Beatriz Sabia Ferreira. II. Título

**MARIA PAULA DOURADO MAZETTO**

**ANÁLISE CRÍTICA DAS CONSEQUÊNCIAS DA MISSÃO DE PAZ DA  
ONU NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA: UM EMPECILHO À  
EMANCIPAÇÃO HUMANA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. M.<sup>a</sup> Beatriz Sabia Ferreira Alves.

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. M.<sup>a</sup> Beatriz Sabia Ferreira Alves  
Universidade do Sagrado Coração

---

Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli  
Universidade do Sagrado Coração

---

Prof<sup>a</sup>. M.<sup>a</sup> Roberta Cava  
Universidade do Sagrado Coração

Bauru, 29 de novembro de 2016.

Dedico este trabalho ao meu pai e a  
minha mãe.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus primeiramente, por ter me abençoado com uma família maravilhosa, me dar forças e me mostrar, todos os dias, que sou capaz.

Aos meus pais, Adriano e Carminha, pelo carinho e afeto, pelas broncas, pelo apoio e compreensão. Por sempre colocarem meus sonhos acima de tudo, e principalmente, me ajudarem a me levantar nos tombos da vida.

Ao meu irmão Gabriel, que apesar das brigas, sempre é meu grande companheiro.

Ao Jubinha, por sempre alegrar a casa, seu carinho imensurável, e pela parceria nas longas horas de TCC .

Aos meus avôs, Bonfilio e Dilão (in memoriam) e as minhas avós Fidelcina e Nilda, pelo carinho e por sempre estarem presentes em minha vida.

Aos meus tios e tias, em especial a Tia Maria Lúcia e Tio Guilherme e a minha madrinha Tia Flavia, pelo carinho, por sempre acreditarem e torcerem por mim.

Aos meus amigos de longa data Brenda, Matheus, Jessica e Flávio, por serem presentes nos bons e maus momentos, e pela amizade fiel e verdadeira.

Aos amigos Joyce, Ariel e Guilherme, presente que a faculdade me deu. Obrigada pelo companheirismo diário! Levarei vocês comigo por toda minha vida!!!

A Prof<sup>a</sup>. M.<sup>a</sup> Beatriz por ser uma professora e orientadora admirável. Obrigada pelo conhecimento transmitido todos esses anos, pela paciência e dedicação!

A todos os professores que passaram por minha vida e que desempenharam com dedicação e amor as aulas ministradas.

A USC e todos os seus funcionários, pelo suporte e estrutura, os quais foram essenciais para a minha graduação.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram e fazem parte da minha vida.

**MUITO OBRIGADA!**

A teoria crítica não almeja de forma alguma apenas uma mera ação do saber, ela intenciona emancipar o homem de uma situação escravizadora.  
(Max Horkheimer)

## RESUMO

O presente estudo visa abordar as consequências da missão de paz da Organização das Nações Unidas na República Centro-Africana, bem como as violações aos Direitos Humanos, os crimes de guerra, os crimes contra humanidade e o extremo uso da força por parte dos capacetes azuis durante o período da operação de paz. Também serão averiguadas as consequências na RCA, devido o uso da estratégia de *hardpower*. A missão de paz será analisada como um intermédio para a emancipação humana, sendo assim, serão explorados os empecilhos emancipatórios para o povo centro-africano. Para tal, serão utilizadas as premissas do Instituto de Pesquisas Sociais (Escola de Frankfurt), principalmente a Teoria Crítica de Max Horkheimer, buscando explicar a diferença e definição entre emancipação humana e emancipação política, utilizando o país africano como objeto de estudo.

**Palavras-chave:** Teoria Critica. ONU. MINUSCA. Emancipação humana.

## **ABSTRACT**

The present study aims to approach the consequences of the United Nations peace mission in the Central African Republic, as well as the Human Rights violations, war crimes, crimes against humanity and the extreme use of military force by the blue helmet during the peacekeeping. It will also investigate the consequences in CAR, for utilizing the hardpower strategy. The peacekeeping will be analyzed as an intermediate of human emancipation for Central African people. For this, it will use the premises by the Institute for Social Research (Frankfurt School), trying to explain the difference and the definition of human and political emancipation, using the African country as a study approach for Central African people.

**Key-words:** Critical theory. UN. MINUSCA. Human Emancipation.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Agência da ONU para Refugiados

CICV- Comitê Internacional da Cruz Vermelha

CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CPI – Corte Penal Internacional

CSONU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

HWR – *Human Rights Watch*

MINUSCA - Missão de Estabilização Multidimensional Integrada na República Centro-Africana

MSF – Médicos sem fronteiras

OI – Organizações Internacionais

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

RCA – República Centro-Africana

TPI – Tribunal Penal Internacional

UA – União Africana

UE – União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a cultura.

UNICEF- Fundo da ONU para crianças

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>A BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO HUMANA E EMANCIPAÇÃO POLITICA .....</b>	<b>11</b>
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO .....	11
2.2	EMANCIPAÇÃO HUMANA X EMANCIPAÇÃO POLÍTICA .....	15
2.3	QUAIS SÃO OS LIMITES ATUAIS PARA A EMANCIPAÇÃO .....	18
<b>3</b>	<b>SITUAÇÃO NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA .....</b>	<b>23</b>
3.1	ANÁLISE DO CONTEXTO NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA .....	23
3.2	PAPEL DA ONU NA MINUSCA .....	27
<b>3.2.1</b>	<b>Peacemaking, Peacekeeping e Peacebuiding.....</b>	<b>31</b>
3.3.	O USO DA FORÇA NA MISSÃO DE PAZ DA RCA.....	33
<b>4</b>	<b>LEGADO DA MINUSCA.....</b>	<b>37</b>
4.1	CONSEQUÊNCIAS.....	37
4.2	VIOLAÇÕES .....	39
4.3	ATÉ ONDE A MISSÃO DE PAZ TRÁS A EMANCIPAÇÃO POLITICA E HUMANA?....	44
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2013, após um golpe de Estado por uma milícia mulçumana, a República Centro-Africana passou a viver momentos de instabilidade, o que desencadeou um conflito de vertente religiosa. Devido ao nível caótico, a Organização das Nações Unidas (ONU) instalou, com autorização do Conselho de Segurança (CSONU), uma operação de paz visando à proteção de civis e a manutenção da paz.

A missão de paz na República Centro-Africana, teve como objetivo cessar a guerra civil alastrada, entretanto, foi analisada como ineficaz devido às diversas violações ao Direito Internacional e as consequências que foram agravando após a instalação da operação.

Houveram diversas denúncias de violações aos Direitos Humanos durante a missão, tanto das forças rebeldes, quanto dos militares da ONU. A partir disso, o presente artigo irá abordar as violações, os crimes de guerra, os crimes contra a humanidade, bem como o extremo uso da força utilizado na operação e a consequências dessa estratégia.

A ONU é a organização responsável pela manutenção da paz e prevenção de conflitos, desta maneira, não pode ser aceito pela comunidade internacional, que os membros enviados pelas Nações Unidas, como uma busca por resolução agravem ainda mais a situação no país e desrespeitem o Direito Internacional.

Para isso, o estudo será baseado nas premissas da Teoria Crítica de Max Horkheimer, com o intuito de analisar a missão de paz como um intermédio para a emancipação humana, abordando os empecilhos por parte do Estado, da sociedade e do próprio homem.

É de extrema importância possibilitar o debate acerca deste tema, considerando a relevância e a gravidade das consequências causadas no pós-missões de paz, uma vez que o intuito dessas missões é de proteção à população e da construção de paz, e não causar maiores estragos a uma população que já se encontra vulnerável.

O presente trabalho será desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa com abordagem bibliográfica, utilizando livros, teses, artigos científicos e relatórios, tanto nacionais quanto internacionais. Resultado do fácil acesso à informação trazido pela internet.

## **2 A BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO HUMANA E EMANCIPAÇÃO POLITICA**

Para analisar um Estado emancipado politicamente e humanamente, primeiramente é necessário abordar a contextualização histórica e os principais filósofos que contribuíram para definir os tipos de emancipação. Desta maneira, deve ser estabelecida a diferença entre emancipação política e emancipação humana, e quais são os empecilhos para que os países, principalmente a República Centro-Africana em alcançar de fato a emancipação.

### **2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO**

A emancipação humana surgiu como uma consequência do Iluminismo, movimento que ocorreu na Europa no século XVIII e que tinha como objetivo a liberdade intelectual, política, social, econômica e filosófica, deste modo, defendia um conhecimento baseado na razão e não mais na fé. O continente europeu sempre foi palco de guerras sangrentas envolvendo questões religiosas. O período antecedente ao Iluminismo foi a Idade Média, onde a diversidade e a não compreensão de diversos dos fatores étnicos, políticos, sociais e principalmente religiosos resultaram em uma época marcada por diversos conflitos.

A Igreja Católica era uma das instituições mais poderosas e importantes e possuía total controle sob o Estado, disseminando os valores da doutrina cristã, tornando os homens subalternos às leis e pensamentos da Igreja. Por outro lado o Protestantismo vinha ganhando força em algumas regiões da Europa, como na Inglaterra, França e Alemanha. Desta maneira, a única forma de pensamento da época era entrelaçada as crenças religiosas, o que era visto pelos filósofos da época, como contrário à racionalidade e por este motivo se deu início a busca de um conhecimento mais livre, representado pelo movimento do Iluminismo.

Para Kant, o iluminismo seria capaz de emancipar o homem, trazendo autonomia de sua própria razão e meios para agir livremente, sem intervenção do Estado, crenças religiosas e pensamentos antigos interligados a natureza. Entretanto, para o desenvolvimento da razão era necessário que o homem deixasse o pensamento vinculado à religião de lado e se propusesse a expandir seu intelectual.

Se, pois, se fizer a pergunta—Vivemos nós agora numa época esclarecida? – a resposta é: não. Mas vivemos numa época do Iluminismo. Falta ainda muito para que os homens tomados em conjunto, da maneira como as coisas agora estão, se encontrem já numa situação ou nela se possam apenas vir a pôr de, em matéria de religião, se servirem bem e com segurança do seu próprio entendimento, sem a orientação de outrem. Temos apenas claros indícios de que se lhes abre agora o campo em que podem actuar livremente, e diminuem pouco a pouco os obstáculos à ilustração geral ou à saída dos homens da menoridade de que são culpados. Assim considerada, esta época é a época do Iluminismo, ou o século de Frederico. (KANT, 1975, p. 6)

Deve-se levar em consideração também o momento político e econômico, e como isso iria afetar as diversas classes sociais. Conforme foi abordado por Marx, a emancipação humana é a luta do proletariado em busca de uma revolução social, pois, para esta classe não importa a busca de poder e sim, a mudança nas questões sociais da exploração do homem pelo homem. O autor sugere bem mais que uma liberdade, um conceito de evolução, onde uma revolução social seria um ato político e desta maneira abrangeria a realização das emancipações em todas as classes.

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstracto; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política. (MARX, 1975, p.30)

Baseando-se no pensamento de Marx, a ideia de uma emancipação humana é efetivamente discutida pelos filósofos do Instituto de Pesquisas Sociais (Escola de Frankfurt) a partir de 1924, período em que o cenário mundial era de transição entre duas Grandes Guerras Mundiais. Desta maneira, o foco era uma reflexão da sociedade moderna, com ênfase na liberdade e igualdade do ser humano, dando espaço a Teoria Crítica que analisava modelos emancipatórios e possíveis obstáculos da época.

E apesar de para a Teoria Crítica, o Iluminismo ter sido uma base para a emancipação humana, para Max Horkheimer e Theodor Adorno<sup>1</sup>, o movimento teve um efeito contrário do proposto, pois ao invés de libertar os indivíduos, o movimento os deixou mais presos a si, visto que até o Iluminismo, o único meio de pensamento

---

<sup>1</sup> Fundadores, filósofos e professores do Instituto de Pesquisas Sociais (Escola de Frankfurt).

exercido, era o influenciado pelas crenças religiosas, o que tornou difícil estimular a liberdade de pensamento, pois, “se o esclarecimento não acolhe dentro de si a reflexão sobre esse elemento regressivo, ele está selando seu próprio destino” (ADORNO, 1985, p.13). Assim, o movimento teve um resultado fraco, pois, a sociedade demorou em aceitar outras maneiras de reflexão.

A Teoria Crítica surgiu com a ideia de repensar a própria racionalidade, procurando desvendar os pressupostos da ordem social. Também, são estudados dois âmbitos, o da exploração e o da emancipação. Os filósofos acreditam que deve lutar-se contra os abusos totalitários e autoritários, bem como, analisar as críticas relacionadas à sociedade a política e transformá-las. Essa reflexão teórica tem como objetivo compreender os diversos fenômenos históricos e identificar os obstáculos existentes à emancipação de maneira crítica, para que possa ser definido o grande desafio de cada sociedade. Horkheimer acredita que o comportamento crítico é o caminho para a emancipação, sendo assim,

Para os sujeitos do comportamento crítico, o caráter discrepante cindido do todo social, em sua figura atual, passa a ser contradição consciente. Ao reconhecer o modo de economia vigente e o todo cultural nele baseado como produto do trabalho humano, e como a organização de que a humanidade impôs a si na mesma época atual, aqueles sujeitos que se identificam, eles mesmos, com esse todo e o compreendem como vontade e razão: ele é o seu próprio mundo. A Teoria Crítica se distingue da Tradicional no que tange ao *comportamento crítico*, que consiste, como vimos no excerto, em apreender a realidade cindida como contradição e perceber que o modo de economia vigente é, sobretudo, produto da ação humana, que por sua vez, pode também tomar outro rumo e orientar-se para *emancipação*. (HORKHEIMER, 1980, p.130)

A partir disso, Adorno, definiu que a condição de uma sociedade democrática é o sujeito racional, pois o princípio desta teoria é “de que a liberdade é inseparável do pensamento esclarecedor” (ADORNO, 1985, p.13), sendo assim, o autor propõe que se deixe de lado a parte individualista de emancipação e que o foco seja construir de maneira coletiva enquanto autonomia do indivíduo, aplicando o conhecimento objetivo. Entretanto, a emancipação racional, onde o sujeito é livre para fazer o uso da sua razão crítica acima de tudo, só é possível em uma comunidade emancipada. Surge também uma crítica ao capitalismo, e toda vertente resultante desse sistema econômico, buscando a transformação da teoria em uma práxis inovadora.

Nesse sentido, a própria consciência está sob a tutela do processo de racionalização mecânica, e é isso que o pensamento crítico denuncia quando reconhece as categorias dominantes do processo social. Porém, esse reconhecimento crítico não é apenas uma descrição da realidade no sentido tradicional, ele traz consigo ao mesmo tempo a condenação dessa realidade, isto é, o reconhecimento da realidade mostra ao teórico crítico que “este mundo não é o dele, mas sim o mundo do capital”. (HORKHEIMER, 1980, p.130)

Nesse sentido, a Teoria Crítica é moldada conforme a realidade por ela enfrentada, ou seja, é uma resposta da realidade e o que será baseado-se nos fatos. Sendo assim, se for explicar os conflitos da atualidade, terá que ser analisado os processos históricos, para determinar os fatores responsáveis do surgimento do que acontece atualmente.

The idea of unbroken harmony between reality and reason belongs to the liberalist phase. It corresponds to a social economy marked by a plurality of individual entrepreneurs. The image of their interests as harmonizing and producing a frictionless functioning of the whole economy was applied to society as a whole and to its various social classes. (HORKHEIMER. 1972, p. 12)

É fundamental “refletir as mudanças que se deram no interior da sociedade burguesa, as quais se diferenciam daqueles que acompanharam o momento histórico do surgimento da modernidade” (HORKHEIMER, 1985, p. 41), para que assim, o homem de maneira racional deixe de ser egoísta, e comece a analisar sua responsabilidade perante a sociedade, frisando a relação entre realidade e razão.

A emancipação humana e as revoluções andam juntas, pois cada revolução é um passo dado para a emancipação e cada conflito é um retrocesso para tal. A luta pela liberdade humana até hoje é uma realidade e em muitos países quase utópica, já que, existem países que vivem em guerra constante, que aprisionam sua população e barram a emancipação social. Enquanto houver conflitos haverá inflação dos direitos humanos, violências, abusos e conseqüentemente a população não alcançará sua liberdade e a sociedade será afetada por anos e anos, e assim sucessivamente.

## 2.2 EMANCIPAÇÃO HUMANA X EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

Emancipação é o ato de tornar algo ou alguém livre ou independente, normalmente, é a luta de uma minoria e/ou uma sociedade pelos direitos de igualdade ou de liberdade. Emancipação política e emancipação humana têm significados e razões diferentes, deste modo, a emancipação política é a igualdade de direitos civis sem a distinção de qualquer natureza, e por outro lado, a emancipação humana é a igualdade social efetiva entre os homens, sendo o nível mais elevado de emancipação na sociedade, deste modo, com a junção do processo de revolução política, emancipação política e revolução social é possível chegar à emancipação humana. Segundo a crítica<sup>2</sup> a Bruno Bauer<sup>3</sup>, o filósofo Karl Marx, afirma que o grande erro de Bauer foi não examinar a relação entre emancipação política e emancipação humana, o filósofo também acrescenta, que a pergunta certa a ser feita não é quem seria emancipado, mas sim, qual o tipo de emancipação seria.

O Estado funciona como grande limitador da emancipação política, devido a grande influência religiosa, que diminui as chances de liberdade, tornando a emancipação utópica. Para Marx, a religião é uma alienação<sup>4</sup>, sendo assim, compara à Alemanha a um Estado cristão, que tem uma emancipação política inexistente, pois, o Estado alemão tem como princípios os fundamentos do cristianismo, o que tornaria impossível libertar todos os indivíduos. Também é comparada a França como um Estado constitucional, onde há a “insuficiência da emancipação política”, uma vez que ao se tornar laico, o país francês transfere o problema para a sociedade civil. E por fim, a sua última comparação aos Estados Unidos, Estado político de fato, livre de uma religião dominadora, o que é a forma mais pura para desenvolver a emancipação política.

Entretanto, não basta que o Estado seja laico, pois isso não significa emancipar os indivíduos socialmente, e sim, faz com que cada cidadão tenha liberdade de escolha religiosa, o que torna os homens iguais politicamente, porém, os indivíduos serem iguais perante a lei, não quer dizer que todos têm iguais mecanismos na

---

<sup>2</sup> Questão Judaica, Karl Marx, 1989.

<sup>3</sup> Filósofo hegeliano, teólogo e historiador alemão. Foi criticado por Marx, por defender que a emancipação política, só seria conquistada caso os judeus abolissem a religião.

<sup>4</sup> Momento onde os homens perdem-se de si.

sociedade civil, desta maneira, apesar da sociedade estar emancipada politicamente, os indivíduos ainda são desiguais.

Desta forma, o pensamento marxiano identifica a religião como uma mediação para atribuir sua sociabilidade, o que impediria o ser humano de encontrar a si mesmo. A emancipação política é representada como uma forma de liberdade do Estado frente à religião, portanto,

A emancipação política do judeu, do cristão – do homem religioso em geral – é a emancipação do Estado em relação ao judaísmo, ao cristianismo e à religião em geral. O Estado emancipa-se da religião à sua maneira, segundo o modo que corresponde a sua própria natureza, libertando-se da religião de Estado; ou seja, ao não reconhecer, como Estado, religião alguma e ao afirmar-se pura e simplesmente como Estado. A emancipação política da religião não é a emancipação integral, sem contradições, da religião porque a emancipação política não é a forma plena, livre de contradições, da emancipação humana. (MARX, 1975, p. 9)

A emancipação política é a disseminação da sociedade antiga, sendo, o regime burguês também um empecilho para a liberdade política. Segundo Marx, o trabalhador não busca uma emancipação política, mas sim, uma revolução social, que está acima da emancipação política. Conforme abordado por Marx, "o judeu não deve ser emancipado por ser judeu, em virtude de possuir excelente princípio humano e universal de moralidade: o judeu deve antes retirar-se para trás do cidadão e ser um cidadão, embora seja e deseje permanecer judeu." (MARX, 1975, p. 37), sendo assim, é necessário que o indivíduo seja emancipado por ser cidadão e ter direitos, e não por sua escolha religiosa.

Por outro lado, a emancipação humana é uma luta de transformação social, onde os homens se tornam prisioneiros do mundo multicultural e do próprio capital, assim, é necessário que haja uma harmonização para adequar os empecilhos do indivíduo e o Estado.

Deve-se compreender que por mais que o ser humano deseje essa emancipação, devido às amarras impostas pelo mundo capitalista, há uma complicação no processo de liberdade, e Marx define esses empecilhos ao desenvolvimento como características de "feudalidade", onde o destino do indivíduo estaria limitado ao seu nascimento, quem nobre nascia, teria como destino ser nobre e por outro lado, quem nascia plebeu, plebeu seria até a morte.

"O Estado anula, a seu modo, as diferenças de nascimento, de status social, de cultura e de ocupação, ao declarar o nascimento, o status social, a cultura e a ocupação do homem como diferenças não políticas, ao proclamar todo membro do povo, sem atender a estas diferenças, coparticipante da soberania popular em base de igualdade, ao abordar todos os elementos da vida real do povo do ponto de vista do Estado. Contudo, o Estado deixa que a propriedade privada, a cultura e a ocupação atuem a seu modo, isto é, como propriedade privada, como cultura e como ocupação, e façam valer sua natureza especial. Longe de acabar com estas diferenças de fato, o Estado só existe sobre tais premissas, só se sente como Estado político e só faz valer sua generalidade em contraposição a estes elementos seus." (MARX, 1975, p. 25-26)

A emancipação política tira o indivíduo da "feudalidade" e o desenvolve, mas, o Estado pode ser "livre" sem que o homem tenha conquistado sua liberdade, enquanto o homem só se liberta totalmente por intermédio de um Estado político. Sendo assim, para que haja a emancipação humana, é necessário que a sociedade já esteja emancipada politicamente.

Em síntese, a questão abordada por Marx, supõe que o homem é egoísta, e só pensa em suas próprias necessidades. Sendo assim, os Direitos Humanos que deveriam ser um trunfo para as classes menos favorecidas de obter a liberdade se tornou para a sociedade burguesa, visto que, foi criado para suprir as necessidades das classes mais dominantes, os direitos individuais e particulares, separados da comunidade política, tanto é, que quando a burguesia chega ao poder na França, é defendida a sua universalização.

Consideramos, por um instante, os chamados direitos humanos e, decerto, os direitos humanos na sua figura autêntica, na figura que eles possuem nos seus *descobridores*, os norte-americanos e os franceses! Em parte, esses direitos humanos são direitos *políticos*, direitos que só podem ser exercidos na comunidade com outros. A *participação na comunidade* e, decerto, na comunidade só podem ser exercidos, no *sistema* de Estado, forma o seu conteúdo. Caem na categoria da *liberdade política*, na categoria dos *direitos cívicos*, as quais de modo algum pressupõem, como vimos, a supressão positiva, e sem contradição, da religião, portanto, também porventura [a] do judaísmo. Resta considerar a outra parte dos direitos humanos, os *droits de l'homme*, na medida em que eles são diferentes dos *droits du citoyen*. (MARX, 1975 p. 61)

Apesar de a liberdade ser considerada uma conquista individual de cada homem, a emancipação humana viria para romper com a alienação da comunidade burguesa e transformar a sociedade livre e emancipada. Sendo assim, Marx acredita

que seria o proletariado que romperia com essa divisão de classes por meio de uma revolução comunista.

Atualmente, vemos que a revolução comunista é uma ideologia utópica, entretanto, o cenário mundial se modificou e surgiram novos atores e novos desafios, bem como os Direitos Humanos, que com o passar do tempo se remodelaram e atualmente são os principais responsáveis pela luta em prol da emancipação e liberdade de todos na sociedade contemporânea.

### 2.3 QUAIS SÃO OS LIMITES ATUAIS PARA A EMANCIPAÇÃO

O mundo sempre foi palco de grandes guerras, conforme a transformação do cenário mundial mudavam-se as proporções dos conflitos, entretanto, o motivo é sempre o mesmo, a busca incessante de poder. No século XX, o mundo vivenciou duas Grandes Guerras Mundiais, e posteriormente a Guerra Fria. Com novos atores e novas diretrizes que traçam as relações internacionais, o pós-guerra fria amenizou os conflitos militares de grande proporção, entretanto, afirmou-se embates de caráter étnicos e religiosos, que desencadeou a violência entre a população civil. Atualmente, cerca de 80% dos conflitos no mundo se baseiam em divergências religiosas, sendo os principais envolvidos de descendência cristã, muçumana e judaica.

A intolerância religiosa é o conjunto de práticas ofensivas às crenças religiosas. Segundo o especialista em Direitos Humanos da ONU Heiner Bielefeldt, “a intolerância religiosa não se origina diretamente das próprias religiões. Os seres humanos são os únicos, em última análise, responsáveis pelas interpretações de mente aberta ou intolerantes”<sup>5</sup>, também acrescenta, que tal ódio é incitado pelos próprios governos, o que faz com que a sociedade perca o respeito e promova a disputa religiosa, resultando em um possível conflito.

A atitude do Estado, especialmente do Estado livre, a respeito da religião constitui apenas a atitude perante a religião dos homens que compõe o Estado. Daí se segue que o homem se liberta de um constrangimento através do Estado, politicamente, ao transcender as

---

<sup>5</sup> Intolerância religiosa é incentivada por governos e favorece crimes de ódio, alerta relator da ONU. Nações Unidas, 2016. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/intolerancia-religiosa-e-incentivada-por-governos-e-favorece-crimes-de-odio-alerta-relator-da-onu/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

suas limitações, em contradição consigo mesmo, e de maneira abstrata, estreita e parcial. Além disto, ao emancipar-se politicamente, o homem emancipa-se de modo desviado, por meio de um intermediário. Por fim, mesmo quando se declara ateu através da mediação do Estado, isto é, ao proclamar que o Estado é ateu, encontra-se ainda envolvido na religião, porque só se reconhece a si mesmo por via indireta, através de um intermediário. A religião é apenas o reconhecimento do homem de maneira indireta; quer dizer, através de um intermediário. O Estado é o intermediário entre o homem e a liberdade humana. Assim como Cristo é o mediador a quem o homem atribui toda a sua divindade e todo o seu constrangimento religioso, assim o Estado constitui o intermediário ao qual o homem confia toda sua não divindade, toda a sua liberdade humana (MARX, 1975, p. 43).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura a liberdade religiosa de cada indivíduo, garantindo o tratamento igualitário de todos. Entretanto, cada país tem sua própria Constituição e cabe ao Estado ser ou não laico. O fato é que ainda existem países extremistas que não possuem liberdade de expressão e acabam gerando seguidores religiosos fervorosos, que não aceitam e respeitam qualquer outra religião. Sabe-se que há Estados com leis que vão contra os Direitos Humanos e que colocam em jogo a vida de pessoas por suas crenças diferentes.

Pode se perceber essa ligação de governo e intolerância religiosa na República Centro-Africana (RCA), que após Michael Djotodia assumir a presidência, presenciou uma onda de confrontos de caráter religioso, mesmo que a religião não seja o único motivo do conflito no país africano, vê-se uma notória divisão entre cristãos e muçulmanos no país, seguindo a ideia de “quem não está conosco, está contra nós”.

A África, devido à intervenção colonialista em XIX, possui uma diversidade étnica, cultural, política, econômica e religiosa, e consequência disso, são os diversos confrontos no continente. A divisão da África visou apenas os critérios de interesses europeus, portanto, comunidade, muitas vezes rivais, foram colocadas em um mesmo território.

Os países em conflitos de origem religiosa possuem características em comum, como o alto nível de pobreza, que resulta na escassez de conhecimento e uma sociedade ignorante, governos ditatórias, entre outros. Para Bielefeldt, “a liberdade de religião e de expressão não são contraditórias, mas complementares, já

que os dois direitos são ferramentas para combate à incitação ao ódio<sup>6</sup>. Portanto, um grande aliado de combate à intolerância religiosa é a educação e a liberdade de expressão.

A pobreza pode levar a violações de diferentes direitos humanos. A Convenção Americana assinala em seu preâmbulo que "somente pode se realizar o ideal do ser humano livre, isento do temor e da miséria, se forem criadas condições que permitam a cada pessoa gozar de seus direitos econômicos, sociais e culturais, tanto como de seus direitos civis e políticos". No mesmo sentido, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) tem assinalado que "certamente, os requisitos do direito humano a uma vida digna transcendem aos conteúdos, igualmente fundamentais, do direito à vida (entendido em seu sentido mais estrito), do direito à integridade física, do direito à liberdade pessoal, dos direitos relacionados com o sistema de democracia representativa e dos demais direitos civis e políticos" (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2000, cap. VI.1 e 2.)

Porém, sabe-se que a liberdade de expressão não é um direito absoluto em todos os países, e em razão disso que há a propagação de violências e ódio gratuito. Para a diretora-geral da UNESCO Irina Bokova, "a liberdade de expressão é um direito humano fundamental que alicerça todas as outras liberdades civis. Ela é vital para o Estado de Direito e para a boa governança".

Por conseguinte, a liberdade é o direito de fazer tudo o que não cause dano aos outros. Os limites dentro dos quais cada um pode actuar sem prejudicar os outros são determinados pela lei, tal como a fronteira entre dois campos é assinalada por uma estaca. Trata-se da liberdade do homem enquanto mónada isolada, retirado para o interior de si mesmo. (KANT, 1975, pg. 24)

Segundo relatório da *Human Rights Watch* (HRW), os fatores econômicos e sociais foram os principais desencadeadores do conflito na RCA. Principalmente a população que vive no norte e aos redores da capital, Bangui, são marginalizados e esquecidos, portanto, grande parte se juntava a movimentos rebeldes para protestar contra a falta de salários e serviços básicos, como saúde, educação e principalmente segurança, visto que, essa região, já estava com problemas com grupos armados antes mesmo do início do conflito. A lei já não era respeitada nessa

---

<sup>6</sup> Liberdades de expressão e religião são complementares no combate à intolerância, diz relator da ONU. Nações Unidas, 2016. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/liberdades-de-expressao-e-religiao-sao-complementares-no-combate-a-intolerancia-relator-onu/>>. Acesso em: 29 set. 2016.

região, e, portanto, a população civil ficava a mercê desses grupos rebeldes. A situação social também é precária, visto que,

The situation in the north is even worse. There are no tarred roads or electrified towns, and schools and medical facilities are primitive and understaffed, if functioning at all. In many villages, there are no water pumps to provide clean water. In the most remote areas of northern CAR, state structures are virtually non-existent—there are no police officers, administrative officials, teachers, or health professionals. There are almost no development projects in many parts of the north, in contrast with southern CAR, where the donor community and the World Bank are supporting large-scale development initiatives. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2007)

A maioria da população que vive ao norte são mulçumanos, sendo assim, foi a partir deste sentimento de exclusão, mais o apoio de militares do Chade que tinham interesses no golpe de Estado, que surgiu a coalização Seleka e deu início ao conflito entre religiões.

A governança é, há muito tempo, um dos grandes problemas para a emancipação da sociedade. Conforme abordado por Marx, é necessário que o Estado seja emancipado, para que o homem consiga sua emancipação. Na RCA, o grande empecilho é a presença de religião. Desta maneira, Horkheimer acredita que,

A separação entre indivíduo e sociedade, em virtude da qual os indivíduos aceitam como naturais às barreiras que são impostas à sua atividade é eliminada na teoria crítica, na medida em que ela se considera ser o contexto condicionado pela cega atuação conjunta das atividades isoladas, isto é, pela divisão dada do trabalho e pelas diferenças de classe, como função que advém da ação humana e que poderia estar possivelmente subordinada à decisão planejada e a objetivos racionais (HORKHEIMER, 1989, p.44.).

E ainda acrescenta,

A naturalização dos homens hoje em dia não é dissociável do progresso social. O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. (HORKHEIMER, ADORNOR, 1985, p. 14)

Os limites da emancipação continuam sendo o Estado, a sociedade, a religião e principalmente o próprio homem. A RCA é um Estado laico, porém, a mesma não

é politicamente emancipada, o que bloqueia a emancipação do homem centro-africano. Isso ocorre pois a religião tem uma influência dentro do país, porém, não só a religião como todas as vertentes citadas acima. Para que seja uma emancipação de fato, é necessário que todas essas vertentes estejam adequadas, para possibilitar o homem de se desbloquear das arramas que o prendem contra a emancipação.

### 3 SITUAÇÃO NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA

A República Centro-Africana, vive uma situação delicada, devido a um golpe de Estado que resultou em um conflito religioso. O nível da violência cresceu assustadoramente, e as consequências refletiram no país, que vive uma crise humanitária. Diante disso, a Organização das Nações Unidas instalou uma missão de paz no país para a manutenção da paz e proteção dos civis.

#### 3.1 ANÁLISE DO CONTEXTO NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA

A República Centro-Africana foi colonizada pela França, e conquistou sua independência em 1960, apesar disso, a França manteve sua influencia no território. Atualmente, é uma republica presidencialista, onde o presidente é o chefe de Estado, durante um período de seis anos, sendo eleito por voto popular. Sua economia é baseada em produção agrícola, exportação de café e algodão, sendo a principal fonte de riqueza mineral e de produção de diamantes, e apesar disso, é um dos países mais pobres do mundo conforme dados divulgados pela ONU, no ranking mundial de Desenvolvimento Humano (IDH), o país ocupa a 159<sup>o</sup> posição, no total de 169 países.

Segundo a ONG *World Watch Monitor*, é formado por 76% de cristãos e 14% mulçumanos e este tem sido um fator determinante para a atual crise da Republica Centro-Africana, que desde a sua independência, tem uma política instável com diversos golpes de Estado e chefes de Estados autocratas. Como por exemplo, o presidente Jean Bédél-Bokassa que em 1966 se automeou presidente vitalício e Imperador da África Central.

Almost without exception, every ruler of the CAR since independence—David Dacko (1960-66), Jean-Bédél Bokassa (1966-1979), David Dacko (1979-1981), André Kolingba (1981-1993), Ange Félix Patassé (1993-2003), and the current President, General François Bozizé (2003-current)—either came to power or was ultimately overthrown in a military coup. In the last decade alone, the CAR has witnessed at least 10 military coup attempts and army mutinies, and an almost constant state of rebellion. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2007)

Bokassa se manteve no poder por 13 anos com apoio da comunidade internacional e após insatisfação da população, a França interveio substituindo-o.

Em 2003, general Bozizé assumiu a presidência do país e ficou conhecido pela corrupção e despotismo. Durante seu governo houveram diversas tensões que envolviam questões étnicas, regionais e religiosas e foi a partir disso que nasceu a coalização rebelde de maioria muçulmana Seleka, o grupo rebelde controlava alfândegas e áreas comerciais do nordeste do país.

Foi em 2013 que o grupo conseguiu depor o presidente Bozizé e colocar o líder da Seleka Michel Djotodia, porém, a RCA estava em uma situação econômica precária, o que prejudicou a aliança do presidente com o grupo, fazendo com que o presidente Djotodia desfizesse a parceira afirmando, “todos aqueles que continuarem fazendo parte dessas entidades serão tratados como bandidos”<sup>7</sup>.

Como uma forma de resposta, os membros começaram a atacar a população local, dando ênfase aos ataques a cristãos. Em defesa, a comunidade cristã criou milícias chamadas *Anti-Balaka* e a partir disso, a situação do país que já era emergencial, se tornou caótica num conflito religioso entre cristãos versus muçulmanos, pois o que era para ser uma resposta ao grupo muçulmano, desencadeou uma matança em aldeias muçulmanas indefesas. O presidente Djotodia ficou poucos meses no poder, e devido à pressão renunciou do cargo. A situação, porém, não melhorou com a renúncia, aliás, o conflito encontra-se mais intenso tanto em nível de brutalidade quanto em vítimas deslocadas, segundo dados da ONU 2,2 milhões de pessoas precisam de ajuda humanitária. Atualmente, Catherine Samba-Panza é a presidente interina até que haja eleições democráticas no país.

Para o funcionário da Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Hugo Reichenberger, o conflito já se caracteriza como genocídio<sup>8</sup>, onde explica: “Há raízes de um genocídio e potencial para se tornar um. Por enquanto, o que estamos vendo agora é uma verdadeira limpeza étnica e religiosa”<sup>9</sup> e ainda compara a

---

<sup>7</sup> Conflito religioso em ascensão na República Centro-Africana. Portas Abertas, 2013. Disponível em: <<https://www.portasabertas.org.br/news/1973719/1973759/2756511>>. Acesso em: 15 set. 2016.

<sup>8</sup> “Crime contra a humanidade, que consiste em, com o intuito de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, cometer contra ele qualquer dos atos seguintes: matar membros seus; causar-lhes grave lesão à integridade física ou mental; submeter o grupo a condições de vida capazes de destruir fisicamente, no todo ou em parte; adotar medidas que visem a evitar nascimento no seio do grupo; realizar a transferência forçada de crianças dum grupo para o outro” (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999).

<sup>9</sup> DICHTCHEKENIAN, Patricia. Um ano após golpe de Estado, República Centro-Africana apresenta “raízes de genocídio. Opera Mundi, 2014. Disponível em:

situação da RCA com Ruanda. Não se entende o objetivo desses grupos rebeldes, pois não há uma hierarquia ou uma maneira de funcionamento, apenas ataques desenfreados a toda e qualquer população, incluindo idosos, mulheres, crianças e deficientes. Essa situação sombria do país é traduzida por um relatório do editor do jornal *The New Republic* Graeme Woods<sup>10</sup>, que foi convidado pelo Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos para prevenção de genocídio.

To each other the children spoke Sango, but when I whipped out my notebook and started asking questions in halting French, they snapped to attention and at least for the moment looked receptive. "We're journalists," I said. "We want to know the story of the people of Boy Rabe and talk to the boss here." The boys just blinked at us, until one said, "There's no boss." Those words relieved me slightly: As long as they were talking, they probably hadn't decided to kill us. But while I spoke, the one with the scythe was scampering up the street with a look of excitement. (WOOD, 2014)

Segundo a ONG *Freedom House*, a RCA é o 10º país com mais violação a liberdade e direitos humanos e 26º na classificação de perseguição religiosa, isso é resultado da crise interna do país. O país vem sendo caracterizado como abandonado e a beira de um colapso. Para o especialista em Direitos Humanos da ONU Ivan Šimonović, a situação é bem mais alarmante do que parece, "Fora de Bangui, não existe polícia, nem sistema de justiça ou serviços sociais. A segurança é praticamente inexistente e a população vive em clima de medo permanente"<sup>11</sup>, e a consequência desse medo, é que muitas pessoas estão refugiando-se em matas com receio da situação no país.

A crise humanitária na RCA, vem sendo tratada como "a crise esquecida" pela mídia, pois, a comunidade internacional tem se mostrado pouco interessada nos combates que estão ocorrendo no país africano e que já deixaram em apenas 3

---

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/34480/um+ano+apos+golpe+de+estado+republica+centro-africana+apresenta+raizes+de+genocidio.shtml#>. Acesso em: 19 out. 2016.

<sup>10</sup> WOOD, Graeme. Hell is an Understatement. *New Republic.*, 2015. Disponível em: <  
<https://newrepublic.com/article/117519/central-african-republic-conflict-africas-bloodiest-fight>>. Acesso em: 15 out. 2016.

<sup>11</sup> Especialista em Direitos Humanos da ONU lança o apelo: "Não esqueçamos a República Centro-Africana e o seu povo". UNRIC. Disponível em: <  
<http://www.unric.org/pt/actualidade/31206-especialista-em-direitos-humanos-da-onu-lanca-o-apelo-nao-esqueçamos-a-republica-centro-africana-e-o-seu-povo>>. Acesso em: 20 out. 2016.

meses cerca de 5 mil mortos, 460 mil refugiaram-se em países vizinhos e 436 mil estão deslocadas internamente, conforme dados do ACNUR.

A coalizão Anti-Balaka por terem um número maior, praticamente tomou o país, consequência disso, são os muçulmanos deixando o país, os que ficam na RCA ou morrem de fome ou são assassinados. Porém, em Bangui apesar de não haver mais muçulmanos, os Anti-Balakas continuam destruindo casas, saqueando famílias e matando civis, mesmo que sejam cristãos.

As Organizações Internacionais (OI) tem agido efetivamente na RCA, entretanto, elas estão ficando sem recursos e sobrecarregadas, decorrente disso, algumas ONGs estão diminuindo as atividades no país. Para o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon,

A comunidade internacional falhou com o povo de Ruanda há 20 anos. E nós estamos em risco de não fazer o suficiente para as pessoas da República Centro-Africana hoje. A limpeza étnico-religiosa é uma realidade. A maioria dos membros da minoria muçulmana fugiram. Muçulmanos e cristãos foram colocados em perigo mortal simplesmente por causa de quem são ou no que eles acreditam. As pessoas têm sido linchadas e decapitadas. A violência sexual está crescendo. Atos horríveis foram cometidos enquanto outros comemoraram os atos. Houve total impunidade — responsabilização zero. Isso tem que mudar. (KI-MOON, 2014)

Esse panorama deixa um alerta à comunidade internacional, que só começou a receber ajuda humanitária a partir de 2014, após dois anos de ausência total. ONGs como Medico sem Fronteiras (MSF), HRW, Fundo da ONU para crianças (UNICEF), *World Watch Monitor*, Cruz Vermelha (CICV) e tantas outras fazem auxílio humanitário no país, porém, muitas vezes tem suas atividades interdidas em decorrência da insegurança. Apesar disso, Ki-moon acrescenta, “se a comunidade internacional não reagir com rapidez e determinação ao enviar mais forças para manter a paz na RCA, poderemos em breve enfrentar uma situação capaz de se deteriorar rapidamente e levar ao genocídio e limpeza étnica<sup>12</sup>”.

Os blocos internacionais estão agindo efetivamente, como a União Africana (UA) que iniciou a missão de paz chamada MISCA e enviou 5,6 mil militares. A União Europeia (UE) também enviou 500 militares durante dois anos na missão, assim como a França que interveio com 1,6 mil soldados na missão Sangaris, os

---

<sup>12</sup> O mundo continua sem agir apesar da vergonha do genocídio em Ruanda. Anistia Internacional, 2014. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/o-mundo-continua-sem-agir-apesar-da-vergonha-genocidio-em-ruanda/>. Acesso em: 19 out. 2016.

soldados franceses expulsaram a Seleka da capital Bangui, deixando os civis mulçumanos a mercê do Anti-balaka, piorando ainda mais a situação. Devido à calamidade em que vivia o país, em Abril de 2014 - 9 meses após o início da onda de violência - a ONU por intermédio de uma resolução apresentada pela França ao Conselho de Segurança autorizou por unanimidade a missão de *peacekeeping* na República Centro-Africana.

### 3.2 PAPEL DA ONU NA MINUSCA

A ideia de ter uma organização responsável pela manutenção da paz e prevenção de conflitos surgiu em 1919 com a Liga das Nações, constituída em 28 de Abril de 1919 na Conferência de Versalhes, com o objetivo de revolucionar disputas internacionais mediante um organismo coletivo. A Liga das Nações fracassou, entretanto, o desejo de paz pairava sobre o mundo, que temia os perigos da guerra e buscava a paz, foi então que surgiu a Organização das Nações Unidas (ONU).

A Carta da ONU é o meio jurídico da organização, a qual foi assinada em São Francisco, em 26 de Junho de 1945. Todos os Estados-membros deverão cumprir de boa-fé as obrigações por eles assumidas. Sua natureza constitucional é de grande importância, pois nela estão seus princípios de justiça e do direito internacional, que já no preâmbulo da Carta afirmam que baseiam sua "fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas" (CARTA DA ONU, 1945), acrescentando ainda que a ONU é responsável por "promover o respeito aos direitos humanos e à liberdade, fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião" (CARTA DA ONU, 1945).

O Conselho de Segurança (CSONU) é o principal órgão responsável pela manutenção da paz e o único que tem capacidade jurídica de determinar decisões obrigatórias para todos os países-membros, que ao consentirem fazer parte da ONU, de acordo com o artigo 25 da Carta da ONU, concordam em aceitar e executar decisões do Conselho de Segurança, que tem poder de impor embargos ou sanções e caso seja necessário o uso da força e ação militar. O CSONU, antes de uma intervenção militar tenta, utilizar uma via diplomática por intermédio de um pedido de cessar-fogo, caso o conflito persista, é autorizado o uso da força militar com intuito

de intervenção e para que o combate seja cessado. Para que a missão seja estabelecida é preciso que nenhum dos países permanentes<sup>13</sup> vetem<sup>14</sup> a resolução. Quando aprovada, normalmente, as missões de paz são realizadas por países imparciais.

Segundo a Carta das Nações Unidas há apenas duas justificativas para o uso militar: o direito de legítima defesa ou com a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas,

“Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado às medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer tempo, a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais”. (CARTA DA ONU, 1945, Artº. 51).

Com o intuito de ajudar países que passam por crises internas, os países propõem ao CSONU intervenções humanitárias para que o conflito seja cessado e seja possível restabelecer a paz e o desenvolvimento da população. Entretanto, o termo missão humanitária, tem sido usada de maneira errônea, já que, foram comprovados casos de abusos sexuais e violência a civis, como uma forma de outros países, por meio de seus militares e enfraquecer a soberania do país que se encontra em crise.

As intervenções são tidas como sendo similares ao, se não exemplos do tipo de guerra agressiva tida comumente como impermissível, mesmo criminosa, na medida em que ordinariamente envolvem o ato de passar fronteiras e não se empreendem em prol da legítima autodefesa. Mas uma intervenção pode ser entendida como distinta da agressão quando essa é definida como crime, e pode ser justificável porque seus fins não incluem uma contínua ocupação do território do alvo, ou a remoção de qualquer independência política que aquela nação possa possuir (BRAGA, 2006, p. 32.).

---

<sup>13</sup> A República da China, a França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do norte e os Estados Unidos da América serão membros permanentes do Conselho de Segurança. (Carta da ONU, 1945, Artº23)

<sup>14</sup> O voto negativo só poderá ser usufruído pelos países-membros permanentes. Se um membro permanente vetar a resolução, a decisão não poderá seguir a diante.

A Missão de Estabilização Multidimensional Integrada na República Centro-Africana (MINUSCA), teve início em abril de 2014 por um período inicial de um ano. Com a atuação de 12 mil militares, para a manutenção da paz, proteção de civis, facilitar a assistência humanitária, promoção e proteção aos Direitos Humanos e suporte a justiça nacional e internacional.

Se quisermos enfrentar com sucesso os desafios da era global, é preciso propor uma visão muito mais ampla do que seja segurança – integrando paz, desenvolvimento, emancipação das mulheres e direitos humanos. É preciso atuar efetivamente nos quatro desafios principais do século XXI: paz e segurança, crescimento e desenvolvimento, respeito pelos direitos humanos e o império da lei. (ANNAN, 2013, p. 34)

Em setembro de 2015, houve um ataque desenfreado tanto a população quanto as tropas e ONGs que estavam levando ajuda, isso mostrou a ineficácia da MINUSCA em analisar possíveis ataques e preveni-los. A missão também falhou em relação aos chamados de socorro, abordado em um relatório<sup>15</sup> feito pela Anistia Internacional, as ruas muitas vezes ficam bloqueadas, o que atrapalhava o transporte de pessoas feridas, desta maneira, os médicos tentavam ajuda com os comandantes da MINUSCA, o que era uma estratégia sem sucesso, pois não haviam respostas dos mesmos.

MINUSCA also failed to respond to calls to escort injured people to hospitals on 27 September. One medical staff told Amnesty International: "We received 25 wounded, of whom 13 severely, and we could not take them to the hospital with our vehicle because access was blocked due to insecurity. My staff called MINUSCA for help and MINUSCA said they couldn't come. I called again the Commander of the battalion and he told me he could not take the decision to come and that I needed to call the Chief of Operations. So I called the Chief of Operations and he told me he would call me back. He never did. The day after we had lost 6 of those severely injured. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015)

A incapacidade da MINUSCA de cumprir com seu papel pode ser explicados por diversos fatores. Um deles, segundo um funcionário da missão, em entrevista concedida a Anistia Internacional explicou que “ *[we] would like to arrest or confront*

---

<sup>15</sup> Mandated to protect, equipped to succeed?. Anistia Internacional, 2016. Disponível em: < <http://textlab.io/doc/9447448/mandated-to-protect--equipped-to-succeed%3F>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

*them, but we have to be mindful of the many lives that could be lost in the process*<sup>16</sup>, também, que a proteção de civis seriam de responsabilidade das autoridades da RCA, porém, sabe-se que o país encontra-se em um verdadeiro caos, onde não há uma autoridade que proteja a população, portanto, a ONU tem meios e poder de manter a lei básica e ordem no país, sendo assim “*state responsibility [does not] dilute the obligation of UN missions to act within their capabilities when the host government is not willing or able to protect its civilians*”<sup>17</sup>.

A HRW questionou a estratégia militar da MINUSCA, visto que eles ficavam em pontos distantes da zona de conflito, além de testemunhas afirmarem não ver uma quantidade suficiente de capacetes azuis durante as semanas de alto nível de violência. Além disso, o uso extremo da força pelos militares da ONU, também tem sido assunto de debate, visto que, muitas vezes a população civil é afetada diretamente por essa estratégia.

Uma testemunha contou a HRW que os militares da ONU não conseguiram deter um ataque de 60 pessoas do grupo Séleka, o grupo armado, conseguiu passar por uma guarita de capacetes azuis e atacar civis. Diante disso, o Pesquisador sobre a África da HRW afirmou, “*Deadly attacks like these show why UN peacekeepers were given a mandate to protect civilians with all necessary means – and why they need to enforce it*”<sup>18</sup>.

As tropas militares são cedidas pelos países-membros da ONU, portanto, na MINUSCA, tiveram militares desde europeus até africanos, onde muitas vezes, esses militares já tinham passado por situação parecida em Ruanda. Também, devem-se levar em conta as condições precárias que vivem as tropas, onde normalmente não há equipamentos suficientes e adequados, salários abaixo do esperado e excesso de horas trabalhadas.

---

<sup>16</sup> Capacity to Protect Civilians: Rhetoric or Reality?. ONU, 2015. Disponível em: <  
[http://www.un.org/pqa/70/wp-content/uploads/sites/10/2016/01/PolicyBrief2015\\_4\\_Capacity\\_to\\_Protect\\_Hilde-F.-Johnson.pdf](http://www.un.org/pqa/70/wp-content/uploads/sites/10/2016/01/PolicyBrief2015_4_Capacity_to_Protect_Hilde-F.-Johnson.pdf)>.  
Acesso em: 02 nov. 2016.

<sup>17</sup> Capacity to Protect Civilians: Rhetoric or Reality?. ONU, 2015. Disponível em: <  
[http://www.un.org/pqa/70/wp-content/uploads/sites/10/2016/01/PolicyBrief2015\\_4\\_Capacity\\_to\\_Protect\\_Hilde-F.-Johnson.pdf](http://www.un.org/pqa/70/wp-content/uploads/sites/10/2016/01/PolicyBrief2015_4_Capacity_to_Protect_Hilde-F.-Johnson.pdf)>.  
Acesso em: 02 nov. 2016.

<sup>18</sup> Central African Republic: Deadly Raid on Displaced People. Human Rights Watch, 2016. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2016/11/01/central-african-republic-deadly-raid-displaced-people>. Acesso em: 15 nov. 2016.

A MINUSCA conta com diversos atores internacionais envolvidos na operação de paz, que são, os estatais, aqueles que possuem características de “soberania, monopólio legítimo de força, autonomia para escolha de orientações políticas e econômicas, população e território sobre sua tutela”<sup>19</sup>, ou seja, os Estados. Sendo assim, os principais países envolvidos nesse imbróglio, além da própria RCA, tem a França, Estado que possui grandes interesses no país centro-africano, pois, a RCA era uma colônia francesa e desde então, a França possui grande propensão econômica no país. Além da contribuição de tropas feitas pelos seguintes países: Ruanda, Chade, Marrocos, Camarões, entre outros.

E por outro lado, são os atores não-estatais, os quais não possuem as características acima, mas são capazes de gerar efeitos no âmbito internacional, como por exemplo, organizações multinacionais, organizações não-governamentais. As OI envolvidas na crise centro-africana são diversas, mas entre as principais, encontra-se: ONU, MSF, HRW, UE, UA, CICV, UNICEF, entre outros.

A missão de paz da ONU na RCA foi estendida por mais um ano, pois, a organização quer a reconciliação genuína no país. Além de certificar das eleições democráticas, também, quer uma ação do governo contra os grupos armados, bem como o início das atividades do Tribunal Criminal Especial para julgar os crimes de guerra.

### **3.2.1 Peacemaking, Peacekeeping e Peacebuilding**

As operações de paz são ações voltadas para reconstrução e manutenção da paz sob o sistema das Nações Unidas, sendo as prioridades atuações focadas na segurança, no fortalecimento institucional, na reconciliação nacional e no desenvolvimento. Não é fácil trazer paz a um país em conflito, e por isso, é papel da ONU traçar estratégias para que seja amenizada tal situação, por meio diplomáticos ou com o uso de força militar. As operações de paz são definidas por *peacemaking*, *peacekeeping* e *peacebuilding*, conforme necessidade e grau do conflito.

---

<sup>19</sup> HERMANN, Breno. Soberania, não intervenção e indiferença: reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2011.

O primeiro modo de intervenção usado pela CSONU é o *peacemaking*, que busca pela restauração da paz por meio pacíficos, ou seja, consistem em ações diplomáticas, mediação e bons ofícios, fazendo uso do *softpower*<sup>20</sup>. Desta maneira,

The UN Secretary-General may exercise his or her “good offices” to facilitate the resolution of the conflict. Peacemakers may also be envoys, governments, groups of states, regional organizations or the United Nations. Peacemaking efforts may also be undertaken by unofficial and non-governmental groups, or by a prominent personality working independently. (CARTA DA ONU, 1945)

O *peacemaking* deve ter o consenso das partes para que o conflito seja resolvido, a operação será sob o comando das Nações Unidas, podendo os Estados-membros serem voluntários, porém agindo com imparcialidade. O uso da força é evitado e quase inexistente, o foco é solucionar o litígio de maneira pacífica.

Por outro lado temos o *peacekeeping*, que significa manutenção da paz e fica entre o *peacemaking* e *peacebuilding*. Não são limitadas a um único tipo de atividade, pois buscam além de manter a paz e a segurança, facilitam também os processos políticos, a proteção de civis, promoção ao desarmamento, apoio constitucional e a reabilitação da democracia, suporte na reintegração de combatentes e promoção os Direitos Humanos.

As operações de paz da ONU seguem o princípio de sempre implementar primeiramente acordos de paz e cessar-fogo, entretanto, muitas vezes só isso não é o suficiente, deste modo, “*UN peacekeeping operations may use force to defend themselves, their mandate, and civilians, particularly in situations where the State is unable to provide security and maintain public order*”<sup>21</sup>. As tropas e soldados são contribuições dos Estados-membros da ONU e são comandados pelo Departamento de Operações de Manutenção de Paz.

E por último, o *peacebuilding*, que seria um processo em longo prazo, deste modo seria a consolidação da paz, para que não tenha o risco de um novo conflito. Sendo assim, seria uma reconstrução de paz no pós-guerra, visando à reconstrução da estabilidade econômica e da segurança, fortalecimento da política e suporte a população.

---

<sup>20</sup> Assim, o soft power baseia-se numa estratégia pacífica, doce, indireta, subtil, mais ou menos discreta, no campo da atração das ideias, na capacidade de convencer, mais do que vencer, ao nível da cultura e da ideologia (Pallaver, Matteo. 2011).

<sup>21</sup> Peace and security. ONU. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/peace.shtml>. Acesso em: 16 nov. 2016.

Peacebuilding involves a range of measures targeted to reduce the risk of lapsing or relapsing into conflict by strengthening national capacities at all levels for conflict management, and to lay the foundations for sustainable peace and development. Peacebuilding strategies must be coherent and tailored to the specific needs of the country concerned. The Three approaches to Peace: Peacekeeping, Peacemaking, Peacebuilding, the evolution of peacebuilding country concerned, based on national ownership, and should comprise a carefully prioritized, sequenced, and therefore relatively narrow set of activities aimed at achieving the above objectives. (CARTA DA ONU, 1945).

Como o nível na RCA era de violência absurda, a estratégia estabelecida pela ONU foi o do *peacekeeping*, visto que somente os meios diplomáticos não iam acalmar as forças rebeldes. Diante disso, era necessário tanto o uso do *softpower* quanto o uso da força.

As missões enfrentam cada dia situações mais desafiadoras e perigosas, e por este motivo que é traçado estrategicamente as ações a serem abordadas, buscando estabilizar o cenário de conflito, e proporcionar o desenvolvimento social e econômico. Pode-se dizer que o *peacemaking*, *peacekeeping* e *peacebuilding* são estratégias gradativas, que são adotadas conforme a evolução do conflito. Desde 1948, já foram criadas 63 missões de paz, e atualmente, cerca de 110 mil pessoas estão trabalhando em operações de paz, em aproximadamente 16 operações vigentes.

### 3.3. O USO DA FORÇA NA MISSÃO DE PAZ DA RCA

Segundo a ONU, o uso militar só pode ser utilizado em duas justificativas: o direito de legítima defesa ou com a autorização do CSONU. Entretanto, alguns especialistas sustentam que há uma terceira justificativa, que seria o direito a força em uma intervenção humanitária. Isso ocorre, pois em algumas situações é inviável a resolução do conflito apenas por meios diplomáticos, sendo assim, o CSONU costuma autorizar o uso militar em operações de paz. Porém, deve-se frisar que uma operação de paz tem como base a imparcialidade, consentimento e o não uso da força, exceto em casos de legítima defesa ou em extremo perigo da população.

O conceito de operação de paz nunca foi abordado como um item de fato. Na Carta das Nações Unidas previam-se apenas a ajuda aos países em conflito, tampouco, previam o uso da força nesse contexto. Com o decorrer dos anos e as

transformações do panorama mundial, foram surgindo efetivamente as operações de manutenção de paz, e a mudança mais significativa diz respeito ao uso militar.

O uso da força tem um papel importante nas relações internacionais, entretanto, não é em toda estratégia que o *hardpower*<sup>22</sup> é benéfico. Em certas situações, o uso da força pode agravar ainda mais a situação em que o país está, dessa maneira, é necessária avaliar o uso central da força em cada operação de paz. Um exemplo disso é o genocídio em Ruanda, que não teve autorização do uso da força para garantir e proteger os civis e a partir disso, a ONU viu-se enfraquecida perante as forças armadas e fracassou terrivelmente no genocídio ocorrido.

Esse é o alcance da intervenção que emoldura meu relato dos principais desafios que a comunidade internacional enfrenta hoje. Reflete também minha convicção de que embora a intervenção humanitária seja um imperativo moral e estratégico quando a alternativa é o genocídio ou as violações em massa dos direitos humanos, a ação militar empreendida por propósitos mesquinhos, sem legitimidade global, ou sem previsão das consequências – como no caso do Iraque -, pode ser tão destrutiva quanto os males que ela se dispõe a combater. O conceito global emergente de “responsabilidade de proteger” foi criado como um princípio universal de resguardo dos direitos humanos fundamentais – não como uma autorização para fazer a guerra em nome da paz. (ANNAN, 2013, p. 15)

Porém, o uso da força pode trazer mais risco a um país que já se encontra debilitado. Sendo assim, é preciso que seja estudado bem a estratégia que será abordada. E é por este motivo que a ONU em uma publicação referente às operações de paz, comenta de forma bem abrangente os perigos da ação militar em uma missão de paz,

O uso da força por uma operação da paz da ONU tem implicações políticas e pode, frequentemente, produzir consequências imprevistas. Avaliações relativas a este uso deverão ser conduzidas no nível apropriado dentro da missão, baseadas em uma combinação de fatores, incluindo as capacidades da missão; as percepções públicas; os impactos humanitários; a proteção da força; a segurança do pessoal; e, o mais importante, os efeitos que tais ações poderão produzir nos níveis de consentimento nacional e local relativos a missão (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008)

Questões políticas também são um empecilho em relação ao uso da força em missões de paz. A maioria dos países não querem participar de missões em qual a

---

<sup>22</sup> Uso da força extrema, mediante diplomacia coercitiva e recursos militares.

força militar é exigida, e os que aceitam ajudar, enviam poucas tropas. Isso ocorre devido a uma somatória de questões, principalmente em relação a soberania, pois, “Tais fatores oscilam desde a preocupação com princípios constitucionais westfalianos de soberania, autodeterminação e não intervenção, até a preocupação com a possível ocorrência de baixas em suas próprias tropas em um conflito que “não lhes pertence”” (BRAGA, 2012, p.59).

Outro aspecto relevante são os demais atores que compõem o cenário, uniformes e capacetes azuis, bem como o caminhão branco foram criados como uma forma de identificação, para que os soldados da ONU fossem garantidos como neutros e, portanto, garantindo sua proteção. Entretanto, quando o uso da força é utilizado, os grupos rebeldes os veem como alvos e começam a atacar essas tropas. Para as organizações o uso do *hardpower* em operações de paz é visto como um problema, pois, além de colocar em risco a neutralidade das OIs, também atrapalha o atendimento humanitário que está sendo desenvolvido no país.

Uma das críticas das ONGs tem sido o excesso do uso de força, no relatório<sup>23</sup> do editor Graema Woods, ele aborda que a RCA tem uma população traumatizada, e o que acontece em Bangui é algo inimaginável. Com adultos e crianças armados por todos os lugares, qualquer razão menor já é motivo para tiroteios e derramamento de sangue em massa. Em referência ao uso da força, Woods entrevistou os responsáveis pelos soldados ruandeses, os quais são os acusados de fazer uso da força extrema.

Both men served in Darfur and agreed it was a model of simplicity compared with the mayhem they've encountered in CAR since their arrival in January.[...] Their histories suggest that they are probably Tutsi while their men, along with the rest of the Rwandan military, are likely majority Hutu. But in any case, the Tutsi / Hutu issue never came up: As a matter of policy, the country's government claims blindness when it comes to ethnicity, and it remains taboo to ask. In the five nights I spent sleeping at their base, which resembled a U.S. military camp, except without air-conditioning, the words “Hutu” and “Tutsi” were never mentioned in my presence, and if the two men harbor any resentments toward their countrymen for wrongs done during the genocide or since, they hide them perfectly. (WOODS, 2014)

---

<sup>23</sup> WOOD, Graema. Hell is an Understatement. New Republic, 2015. Disponível em: <<https://newrepublic.com/article/117519/central-african-republic-conflict-africas-bloodiest-fight>>. Acesso em: 15 out. 2016.

O fato dos soldados ruandeses serem os maiores acusados de uso da força extrema, pode ter ligação com o genocídio envolvendo duas etnias, os Hutu e os Tutsi que ocorreu em 1994. Wood entrevistou os responsáveis por esses soldados e supôs que ambas as etnias trabalhavam juntas e aparentemente não tinham nenhum ressentimento do passado.

But the Rwandans acknowledge that some parts of the conflict feel so familiar, so raw, that they are compelled to kill. “The weapons used in Rwanda were mainly traditional ones”—machetes—“as is the case here,” Karangwa said, as a sort-of explanation for his soldiers’ zero-tolerance policy toward public dismemberment in CAR. Karangwa is not naturally given to violence, but he told me, without a trace of apology, about a time his forces gunned down someone they knew to be a killer. A Muslim man in danger of being lynched in the street ran to a Rwandan position for protection. When the Rwandans refused to surrender him to the Anti-Balaka, a member of the group returned with the body of another Muslim, to demonstrate to the Rwandans that their sanctuary meant nothing—there was always another Muslim who couldn’t be protected. “He began cutting [the dead Muslim] up in front of us,” Karangwa remembers, with a slight shrug. “And so we shot him. If someone is carrying a gun or a body part in front of us, we must shoot him. (WOODS, 2014).

Percebe-se na entrevista, que para os soldados ruandeses pouco importa uma vida ou em fazer justiça, eles apenas contribuem na limpeza étnica que está acontecendo no país centro-africano. Para o ex secretário-geral da ONU Kofi Annan, “As nações Unidas do século XXI devem criar novas parcerias, atender as necessidades das pessoas e guiar-se pelo princípio segundo o qual a soberania nacional nunca pode ser usada como escudo protetor do genocídio e violações dos direitos humanos”. (ANNAN, 2013, p. 34)

Sendo assim, não dá para negar a importância do uso da força militar em uma operação militar, por outro lado, seu uso além de causar consequências para a população civil e para o país, também prejudica diversas outras vertentes vinculadas à ajuda humanitária, gerando consequências de diversas ordens em todos os níveis.

## 4 LEGADO DA MINUSCA

A missão de paz na República Centro-Africana, ficou conhecida pelas diversas violações aos Direitos Humanos, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, principalmente, o uso do poder por parte dos militares da ONU. Essa situação, causou consequências gravíssimas ao país que já estava fragilizado.

### 4.1 CONSEQUÊNCIAS

A MINUSCA impediu que o nível de violência na RCA se tornasse maior, no entanto, a impunidade e a insegurança continuam a fazer parte do cotidiano no país, sendo assim, a missão foi vista como incapaz de conter o nível do massacre. Segundo um relatório da Anistia Internacional, os militares da ONU ficavam afastados das áreas de conflito intenso, e deste modo, não poderiam dar suporte as pessoas que foram feridas gravemente e muito menos proteger os civis da área.

Em setembro de 2015, a incapacidade do *peacekeeping* de garantir a paz e prever ataques, resultou em um dos piores episódios já ocorridos até então, onde as milícias mulçumanas e cristãs entraram em atrito e diversos civis foram diretamente atacados. Os militares da MINUSCA não puderam agir até então, pois, os responsáveis pela missão não estavam presentes no país, o que levou as diversas críticas das OIs.

Essa instabilidade caótica afeta todas as vertentes do Estado, e para a UNICEF as crianças são as principais vítimas, visto que, mais de um terço das crianças não frequentam a escola desde o início do conflito, pois, as mesmas se encontram fechadas. As crianças tampouco são poupadas pela guerra, segundo a organização, cerca de 10 mil crianças foram recrutadas para se tornar parte de grupos armados.

Cada situação é única, mas o que as crianças recrutadas por grupos armados têm em comum é o trauma associado à tremenda violência. Estas crianças são, muitas vezes obrigadas a testemunhar e a cometerem violência, mesmo sendo abusadas, exploradas e feridas. Isso traz consequências físicas e emocionais graves. (UNICEF, 2014)

Outra vertente afetada é a área da saúde. A propagação de doenças cresceu consideravelmente. Malária, HIV/AIDS, infecções do trato respiratório, doenças de

pele, diarreia e desnutrição, são as principais preocupações do MSF. Para a ONG, o crescimento dessas doenças podem matar mais pessoas do que o conflito em si, e por este motivo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu um alerta à comunidade internacional, buscando fundos para tentar erradicar essas doenças, e para o tratamento imediato das pessoas enfermas em estado grave.

Outra consequência do conflito foi a escassez de alimentos, visto que, o setor agrícola é o grande responsável da economia no país africano e sobraram poucas plantações devido à falta de insumos, isso ocorre, porque a região Nordeste é a responsável pela maior parte da produção agrícola, a qual era povoada, principalmente por mulçumanos, e sendo assim, no começo do conflito, os cristãos tinham acesso negado a esses campos de cultivo. Após a formação do grupo Anti-balaka e como uma forma de vingança, o grupo armado queimou e destruiu as aldeias mulçumana, e conseqüentemente, os locais responsáveis pelo cultivo de agricultura.

Com a onda de violência, propagação de doenças e escassez de alimentos, milhares de pessoas fugiram em busca de abrigo e proteção. Segundo o coordenador-geral da MSF em Bangui “Elas deixaram suas casas sem nada, e agora estão vivendo em meio às mais precárias condições. A maioria não tem abrigo nem alimentos e quase não tem acesso a cuidados médicos”<sup>24</sup>. A cada onda de violência que ocorre, deteriora ainda mais o país, devido às queimadas em vilarejos, nas escolas, em igrejas e principalmente em mesquitas, que já são quase inexistentes na RCA. E para o porta-voz do Alto Comissário da ACNUR, Adrian Edwards, o grande responsável pelo número de pessoas refugiando-se em outros países, ou vagando em condições precárias no país é o alto nível de violência e violações aos Direitos Humanos.

Diante disso, a ajuda humanitária fica limitada devido às condições que o país se encontra. As estradas são bloqueadas e muito perigosas, o aeroporto, quando o nível de violência está muito alto, é fechado e todos os vôos são cancelados, o que afeta diretamente o fornecimento de medicamentos, equipamentos e comida. As lojas, bancos e mercados também não estão funcionando, atrapalhando muitos

---

<sup>24</sup> República Centro-Africana: milhares de pessoas fogem da última onda de violência na capital Bangui. Médicos Sem Fronteiras, 2015. Disponível em: < <http://www.msf.org.br/noticias/republica-centro-africana-milhares-de-pessoas-fogem-da-ultima-onda-de-violencia-na-capital>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

processos, como por exemplo, uma unidade da MSF teve que ser parada temporariamente de construir, devido a escassez de cédulas de dinheiro.

É responsabilidade do Estado começar a reorganizar sua estrutura e sistema, entretanto, há uma ausência completa do mesmo, tornando-se uma consequência e empecilho para resolução do conflito. A Alta Comissária da ONU para os Direitos humanos, Navi Pillay afirma,

As principais lideranças do Estado me informaram que não há, de fato, nenhum Estado: nenhum exercito nacional coerente, nenhuma polícia, nenhum sistema de justiça; quase nenhum lugar para deter criminosos, e sem os meios de acusar, processar ou condenar os prisioneiros. A chamada 'cadeia penal' não é apenas incompleta, ela não está funcionando. (PILLAY, 2014).

Nesse sentido, a consequência desse conflito é o sentimento na população, que antes vivia em harmonia, e atualmente, o sentimento é de ódio e vingança, devido à maneira em que o conflito é desenvolvido.

O ódio intercomunitário permanece em um nível aterrorizador. A RCA se tornou um país onde as pessoas não são apenas mortas, mas torturadas, mutiladas, queimadas e desmembradas - às vezes por multidões espontâneas, bem como por grupos organizados de combatentes armados. (PILLAY, 2014)

A marca do rancor, o trauma do conflito e tantos outros acontecimentos em decorrência que afetaram fisicamente e psicologicamente a população centro-africana, será levado por gerações e gerações e perdurará por muitos séculos. Para canalizar essas consequências será necessário bem mais que força militar, e sim, uma intervenção humanitária, ajudando todas as pessoas que sofreram por conta dessa guerra.

## 4.2 VIOLAÇÕES

Para que os crimes acontecidos em tempos de guerra não ficassem impunes, a IV Convenção de Genebra inseriu os crimes de guerras às leis internacionais. São caracterizados como crimes de guerras,

As ofensas contra a vida e a integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, mutilações, tratamentos cruéis, torturas e suplícios; A tomada de reféns; As ofensas à dignidade das

pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes; [...] Os feridos e os doentes, bem como os enfermos e as mulheres grávidas, serão objecto de especial protecção e respeito. [...] Os hospitais civis organizados para cuidar dos feridos, doentes, enfermos e parturientes não poderão, em qualquer circunstância, ser alvo de ataques; serão sempre respeitados e protegidos pelas Partes no conflito. [...] As pessoas protegidas têm direito, em todas as circunstâncias, ao respeito da sua pessoa, da sua honra, dos seus direitos de família, das suas convicções e práticas religiosas, dos seus hábitos e costumes. Serão tratadas, sempre, com humanidade e protegidas especialmente contra todos os actos de violência ou de intimidação, contra os insultos e a curiosidade pública. As mulheres serão especialmente protegidas contra qualquer ataque à sua honra, e particularmente contra violação, prostituição forçadas ou qualquer forma de atentado ao seu pudor. (IV Convenção de Genebra, 1949)

Considerado um crime de guerra, os crimes contra a humanidade são toda e qualquer ação desumana contra a população civil conforme definido pelo Estatuto de Roma. Para julgar tais crimes, os órgãos que tem competência para julgar é a Corte Penal Internacional (CPI), porém recentemente o Tribunal de Haia também passou a julgar crimes de guerras. Os países que firmaram o Estatuto de Roma têm como obrigação a investigação e punição de tais crimes, independentemente se o fato ocorreu antes da entrada em vigor do tratado para o Estado.

A crise humanitária na República Centro-Africana ficou conhecida pelas violações ao Direito Internacional, incluindo crimes de guerra, crimes contra a humanidade e violações aos Direitos Humanos. A RCA por ser um Estado signatário do Estatuto de Roma, tem como obrigação julgar todos os suspeitos de responsabilidade penal pelos crimes cometidos em tribunais civis com julgamentos justos.

As denúncias vieram à tona após uma menina de 12 anos ter sido estuprada por um soldados da ONU. Ela foi examinada por médicos que constataram evidencias de abuso sexual, foi então que a vitima contou que sua casa foi invadida por homens fardados com uniforme e capacete da missão de paz e trancaram os 4 membros de sua família em um quarto. A mesma estava no quintal da casa e se escondeu em um lavabo na parte de fora, quando um dos soldados foi averiguar a casa e a encontrou. Segundo a vitima, o soldado de capacete azul estapeou seu rosto e começou a abusar dela sexualmente. O homem só parou quando os outros soldados o chamaram e deixaram a casa. Após o abuso, a mãe foi ao encontro da

filha que estava em estado de choque. então, que a mãe decidiu levá-la a uma unidade dos MSF.

A *Human Rights Watch* ao fazer entrevistas com vítimas, constatou que abusos sexuais por capacetes azuis é mais comum do que se pensa. Uma jovem de 23 anos que se escondia na mata, após ter sua casa queimada e ter se perdido de sua família, contou a ONG, que os soldados da missão de paz a acharam, e, ao invés de dar suporte e apoio, a abusaram sexualmente. Segundo a vítima, eram cerca de 6 homens, 2 deles não quiseram praticar o ato por não terem camisinha, porém os outros 4 não se importaram, e a estupraram mesmo assim. Alguns meses depois, resultado do abuso sofrido, a jovem descobriu que estava grávida. A moça cogitou abortar, entretanto, a clínica que fazia esse tipo de ato, tinha sido demolida. Sendo assim, a jovem resolveu ter o bebê, mas, como a mesma não tinha condições, o parto aconteceu na mata. Como o sistema de saúde do país é pago, a maioria da população não tem conhecimento que a entidade MSF, tem postos que atendem gratuitamente.

A vida na RCA é baseada em medo, incertezas e violências. Entre as histórias relatadas, há o pai que viu o filho de 5 anos ser decapitado, a mulher que cuida de uma criança de 8 anos, pois a mãe foi à farmácia e durante o caminho foi espancada até a morte, e até mesmo um homem que após horas de tortura, foi jogado aos jacarés para ser comido, mas conseguiu nadar e se salvar.

Desta maneira, violência gratuita a civis tem sido muito apontada pelas organizações. No começo do conflito, as forças Anti-balaka foram de porta em porta, em um bairro mulçumano e mataram aproximadamente sessenta pessoas, como forma de retaliação. A Seleka saqueou casas e assassinou cerca de 1000 pessoas de uma vizinhança cristã. Nesses ataques, estão incluídos homens, mulheres, idosos e crianças.

As ONGs também foram atacadas diversas vezes, o que fazia com que as organizações e seus profissionais tivessem que se deslocar para cidades vizinhas, atrapalhando a ajuda que estava sendo prestada à população.

A situação da RCA é caótica e afeta inclusive as crianças. Segundo um relatório da UNICEF em 2014, houve pelo menos um registro diário de morte ou mutilação em crianças, além das milhares que foram abusadas sexualmente ou separadas de suas famílias e forçadas a entrar em milícias armadas.

Cerca de um milhão de crianças viram-se obrigadas a abandonar as suas casas durante este ano. Entre as mais vulneráveis estão as que se escondem no mato ou vivem em enclaves cercados por grupos armados. Estas crianças vivem sob medo constante, praticamente sem acesso a serviços básicos e dependem inteiramente de assistência humanitária que é frequentemente interrompida devido a incidentes de violência por todo o país. (UNICEF, 2014)

Graças a um acordo coordenado pela UNICEF, 808 crianças-soldados foram libertadas de grupos armados durante 2015. A organização teve grande importância na negociação do acordo com aproximadamente 10 grupos rebeldes. Segundo o presidente da organização na Itália, Giacomo Guerrera,

A situação do País é esta: existem entre seis a dez mil crianças detidas por estas milícias armadas, por motivos diversos, directamente envolvidas nos combates, ou utilizadas para diferentes serviços. Esta é uma situação grave para qual nós intervimos através do diálogo, tentando convencer estas milícias a libertar as crianças. Procuramos sobretudo convencer o governo. Fizemos isso e o resultado é este: de maio para cá, foram libertadas mais de 600 crianças e "adquiridas" por nós, levadas para centros onde é possível ajudá-las a superar o momento inicial. (GUERRERA, 2015)

Além desse grande feito, a UNICEF faz um trabalho de recuperação nessas crianças, onde,

As crianças são libertadas e imediatamente inseridas em centros onde, juntamente com os nossos psicólogos e profissionais de saúde, tentamos pô-los em condições de recuperar uma vida normal, através da educação e os primeiros cuidados que é possível dar a pessoas e crianças que se encontram nestas condições. (GUERRERA, 2015)

Devido às violações cometidas, o Tribunal Penal Internacional (TPI) abriu uma investigação na RCA, alegando que todos os crimes cometidos deverão ser julgados, entretanto, a falta de responsabilização as violações está facilitando a violências e novos crimes. Para o especialista em países africanos da Anistia Internacional Cristian Mukosa, *"it is important to establish responsibility for the crimes that have been committed by all sides in this conflict and ensure and end to decades of impunity that have prevailed in this country"* (2015).

Em 2014 a Anistia Internacional identificou uma lista de nomes responsáveis por alguns dos crimes cometidos entre dezembro de 2013 a maio de 2014. Os principais citados são os líderes da Seleka, da Anti-balaka e soldados da ONU,

porém, após a divulgação deste relatório a organização ainda divulgou uma reportagem chamada "*Same suspects, more victims*" em que mostra esses criminosos vivendo tranquilamente em Bangui, onde ainda participam de reuniões e outros atos públicos. O subdiretor da organização Steve Cockburn ainda acrescenta, "ao não exigir responsabilidade aos envolvidos em assassinatos de civis, na utilização de crianças-soldados e na queima de aldeias, permite-os andar livremente e continuar a aterrorizar a população sem receio de repercussões<sup>25</sup>".

Para a Responsável pelo Gerenciamento de Crise da Anistia Internacional Joanne Mariner, há evidências que comprovam esses abusos e não deverão passar impune, além do suporte que deve ser dado as vítimas.

These allegations of rape and indiscriminate killing committed by UN troops are supported by physical evidence and multiple witness accounts. There must be a prompt and thorough investigation by a competent civilian authority and the girl must receive full support including medical and psychological care. (MARINER, 2015)

Os níveis de violações na RCA chegam a ser assustadores e inaceitáveis. Tanto os grupos rebeldes quanto os militares da ONU infringem o Direito Internacional e, portanto, cometem crimes de guerras. Não há um número de mortos oficiais, e os linchamentos que ocorrem nas ruas principais da capital deixaram de ser comentados devido à frequência que ocorrem.

O aspecto mais preocupante desses ataques, é o sentimento de ódio e vingança que ficam naqueles que sobrevivem as hostilidades. Consequência disso é a população se juntando a essas forças como uma forma de vingança, o que resulta em um rancor letal, agravando mais ainda o conflito.

Em razão disso, o ódio entre duas religiões e pessoas que até então viviam harmoniosamente, está causando sérias consequências para o país centro-africano. Há centenas de refugiados, a maioria da população precisa de ajuda humanitária, além, de ter que reconstruir o país, suas leis e prédios basicamente do zero. As violações ainda fazem parte do cotidiano do país africano, e as consequências desse conflito pendurará por anos na RCA.

---

<sup>25</sup> Anistia denuncia impunidade de crimes de guerra na República Centro-Africana. EBC, 2014. Disponível em: < <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2014/12/anistia-denuncia-impunidade-de-crimes-de-guerra-na-republica-centro>>. Acesso em: 27 out. 2016.

### 4.3 ATÉ ONDE A MISSÃO DE PAZ TRÁS A EMANCIPAÇÃO POLITICA E HUMANA?

Para que haja a emancipação é preciso que o ambiente esteja estável, com leis que abrangem todas as pessoas, criando possibilidade e oportunidade, sem a diferenciação de classes, sendo assim, uma sociedade mais justa.

Com a crise humanitária e desavença entre religiões, a República Centro-Africana encontra-se longe da sua emancipação. Isso ocorre, pois, mesmo que o país se determine laico, como é o caso da RCA, o Estado e a religião não se excluem da mesma forma, que um país democrático não difere privilégios por questões religiosas. Nesse sentido, Marx afirma,

O homem se liberta por meio do Estado; liberta-se politicamente de uma barreira ao se colocar em contradição consigo mesmo, ao sobrepor esta barreira de modo abstrato e limitado, de um modo parcial. Deduz-se, além disso, que ao emancipar-se politicamente, o homem o faz por meio de um subterfúgio, através de um meio, mesmo que seja um meio necessário. Conclui-se, finalmente, ainda quando se proclame ateu por mediação do Estado, isto é, proclamando o Estado ateu, o homem continua sujeito às cadeias religiosas, precisamente porque só se reconhece a si mesmo mediante um subterfúgio, através de um meio. A religião é, cabalmente, o reconhecimento do homem através de um mediador. O Estado é o mediador entre o homem e a sua liberdade. Assim como Cristo é o mediador sobre quem o homem descarrega toda sua divindade, toda sua servidão religiosa, assim também o Estado é o mediador para o qual desloca toda sua não-divindade, toda sua não-servidão humana. (MARX, 1975, p. 21)

Para a emancipação política, o homem precisa de um meio e esse meio é o Estado. Tornar-se emancipadamente político é um direito garantido pelos Direitos Humanos da época, os quais para Marx são os direitos políticos, que privilegiam a classe burguesa. Sendo assim, sabe-se que o empecilho da emancipação política é anular as diferenças materiais entre os homens, esse seria o papel do Estado, porém, o Estado é criação da sociedade burguesa, o que cria limitações para tal.

Na República Centro-Africana há uma grande violação aos Direitos Humanos, portanto, o Estado não consegue ser politicamente emancipado, o que impede que sua sociedade também seja. Também, é necessário que o homem centro-africano deixe para trás a religião e seja cidadão em primeiro lugar. Apesar da RCA ser um país laico, a presença da religião é muito forte em sua população.

A conquista da emancipação humana é uma somatória de diversos fatores. Desta maneira, o homem só construiria uma emancipação verdadeira quando abolisse a propriedade privada, para isso, é necessário que haja uma revolução política, a emancipação política e revolução social, para que então o homem obtivesse a liberdade plena.

Analisando as premissas da missão da paz, era necessário que houvesse uma adequação entre igualdade e liberdade na sociedade centro-africana, porém, isso seria um antagonismo insolúvel, onde uma restringiria a outra. Sendo assim, para que a liberdade fosse alcançada, implicaria em abrir mão de uma igualdade plena.

A missão de paz não buscou solucionar a fundo e trazer liberdade para a sociedade. Ao finalizar o prazo estabelecido pela ONU, à violência no país encontram-se altíssimas, as violações ainda são decorrentes e principalmente, vemos um Estado que tampouco é emancipado.

A MINUSCA além de cessar o conflito, deveria também, fazer um trabalho visando buscar a igualdade entre homens, para que assim fosse amenizado as consequências, e ainda, desenvolver a razão crítica da população. Porém, vê-se uma sociedade sendo levada pelo ódio e o rancor, deixando o homem ainda mais egoísta, o que resulta em um distanciamento da RCA da emancipação.

Por outro lado, há diversas organizações internacionais, que fazem um trabalho no país que pode ser visto como uma ajuda e um incentivo a emancipação. Buscando recuperar a população do trauma em que está passando, e ainda, fornecer educação, onde aprendem sobre seus direitos, e é este o meio para que a emancipação aconteça. Porém, as consequências desse conflito afetam diretamente o processo emancipatório, o que coloca a RCA distante de uma possível liberdade.

Com a intolerância religiosa, direitos civis inexistentes e violações ao Direito Humano, é possível afirmar que a MINUSCA não contribuiu com o processo de emancipação no país centro-africano. Vê-se o a República Centro-Africana cada vez mais distante de uma liberdade, devido as consequências do conflito e a tantos outros empecilhos tratados no trabalho.

Para que a RCA tenha uma sociedade emancipada, será preciso bem mais que a força militar e estratégias do *peacekeeping*, o país deverá, primeiramente, ser recuperado por completo, para que assim, consiga caminhar no sentido da emancipação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a emancipação política e humana no cenário internacional, pode-se verificar os empecilhos e quais as formas para uma sociedade em alcançar a sua liberdade. Sendo assim, utilizar os pensamentos de Marx e posteriormente do Instituto de Pesquisas Sociais, foi benéfico e trouxe respostas ao trabalho, "no entanto, todas as lutas e elaborações teóricas esbarravam num problema fundamental: a própria imaturidade do ser social, que impedia o conhecimento da sua natureza e, como consequência, tornava impossível a sua alteração radical, levando com isso à construção de modelos apenas ideias de uma sociedade justa" (TONET, 2002 p, 81).

No sentido dos atores estudados, sendo os principais a República Centro-Africana e a ONU com a missão de paz, foi possível identificar as consequências da MINUSCA, bem como as violações ocorridas no país centro-africano, tanto pelos grupos rebeldes, quanto pelos soldados enviados pelas Nações Unidas.

A junção desse estudo, foi para abordar a necessidade da RCA em tornar-se emancipada, e como os empecilhos a isso prejudicam o país. Sendo assim, ao unir os estudos consegue-se responder todas essas perguntas.

Também, deve ser frisado, ao grande papel das organizações internacionais em ajudar um país em conflito, tanto na recuperação quanto no desenvolvimento da sociedade, podendo serem consideradas de suma importância para o processo de emancipação.

Os diversos fatores que impedem que a sociedade centro-africana seja emancipada é um reflexo daquilo que acontece no país. É preciso que primeiramente, emancipe o país para que depois seu povo possa ser emancipado.

A análise da emancipação pode aprofundada no conceito da Teoria crítica, bem como, ser desenvolvida por outras abordagens teóricas, sendo assim, capaz de ser constantemente reelaborada e reinventada em prol da busca da liberdade do homem.

## REFERÊNCIAS

- 'CRUELDADE horrível' contra crianças na República Centro-Africana tem que acabar, diz UNICEF. **ONU Br Nações Unidas Brasil**, 2014. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/crueldade-horrivel-contra-criancas-na-republica-centro-africana-tem-que-acabar-diz-unicef/>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- A ONU, a paz e a segurança. **Organização das Nações Unidas**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/paz-e-seguranca/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- A PERSEGUIÇÃO religiosa na República Centro-Africana. **Portas Abertas**, 2013. Disponível em: <<https://www.portasabertas.org.br/noticias/2013/08/2666564/>>. Acesso em: 13 out. 2016.
- ACNUR pede para o mundo não se esquecer da RCA. **Jornal Noticias**, 2015. Disponível em: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/internacional/35719-acnur-pede-para-o-mundo-nao-se-esquecer-da-rca.html>>. Acesso em: 02 nov. 2016.
- ANISTIA denuncia impunidade de crimes de guerra na República Centro-Africana. **Agência Brasil**, 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-12/anistia-denuncia-impunidade-de-crimes-de-guerra-na-republica-centro>>. Acesso em: 28 set. 2016.
- ANNAN, Kofi. **Intervenções**: Uma vida de guerra e paz. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2013.
- BAPTISTA, Kassiano César de Souza. **Karl Marx**: os limites da igualdade política e a necessidade da emancipação humana. Marília: Revista Aurora, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Por uma sociologia crítica**: Um ensaio sobre senso comum e emancipação. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1977.
- BRAGA, Carlos Chagas Vianna. **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado entre a tradição e a inovação**. Brasília: IPEA, 2012.
- CAR: UN troops implicated in rape of girl and indiscriminate killings must be investigated. **Anistia Internacional**, 2015. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2015/08/car-un-troops-implicated-in-rape-of-girl-and-indiscriminate-killings-must-be-investigated/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- CENTRAL African Leader's Exit Sets Off Rejoicing in the Streets. **NY Times**, 2014. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2014/01/11/world/africa/central-african-republic-leader-resigns.html?\\_r=1](http://www.nytimes.com/2014/01/11/world/africa/central-african-republic-leader-resigns.html?_r=1)>. Acesso em: 21 set. 2016.
- CENTRAL African Republic: New Spate of Senseless Deaths. **Human Rights Watch**, 2015. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2015/10/22/central-african-republic-new-spate-senseless-deaths>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

CENTRAL African Republic: *overview*. **Freedom House**, 2016. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2016/central-african-republic>>. Acesso em: 18 out. 2016.

CENTRAL African Republic: War crimes and crimes against humanity in Bangui. **Anistia Internacional**, 2013. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2013/12/central-african-republic-war-crimes-and-crimes-against-humanity-bangui/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

CONFLITO religioso em ascensão na República Centro-Africana. **Portas Abertas**, 2013. Disponível em: <<https://www.portasabertas.org.br/noticias/2013/10/2756729/>>. Acesso em: 13 out. 2016.

CRIANÇAS são metade dos centro-africanos que deixaram as suas casas. **UN Multimedia**, 2016. Disponível em: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2016/11/criancas-sao-metade-dos-centro-africanos-que-deixaram-as-suas-casas/#.WDRtWOYrLIU>. Acesso em: 20 nov. 2016.

CRISE contínua na República Centro-Africana está devastando o país, afirma novo estudo da ONU. **Organização das Nações Unidas**, 2014. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/crise-continua-na-republica-centro-africana-esta-devastando-o-pais-afirma-novo-estudo-da-onu/>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

DE CAMPOS, L. M. C. L, DOS SANTOS, J. T, VIEIRA, N. G. A, DA SILVA, Y. V. R. **O conflito na República Centro Africana**. UNESP Marília, 2016. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/republica-centro-africana---o-conflito-na-republica-centro-africana.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

DE SOUZA, O. M, DOMINGUES, Analéia. **Emancipação política e emancipação humana em Marx**: alguns apontamentos. Armada crítica. Disponível em: <[http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/artigo4\\_20131.pdf](http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/artigo4_20131.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2016.

DEMO, Pedro. **Sociologia**: Uma introdução Crítica. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1995.

DIREITO Internacional Humanitário. **Gabinete de Documentação e Direito Comparado**. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-IV-12-08-1949.html>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

**Direitos Humanos no Século XXI**: Cenários de tensão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

EM visita à República Centro-Africana, chefe da ONU faz alerta global sobre crise no país. **IKMR**, 2014. Disponível em: <<http://www.ikmr.org.br/2014/04/em-visita-a-republica-centro-africana-chefe-da-onu-faz-alerta-global-sobre-crise-no-pais/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

**Especialista em Direitos Humanos da ONU lança o apelo:** “Não esqueçamos a República Centro Africana e o seu povo”. UNRIC. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/31206-especialista-em-direitos-humanos-da-onu-lanca-o-apelo-nao-esqueçamos-a-republica-centro-africana-e-o-seu-povo>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOLEY, Conor. **A evolução da legitimidade das intervenções humanitárias**. Organização Conectas. 2013. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/sur/edicao/19/1000463-a-evolucao-da-legitimidade-das-intervencoes-humanitarias>>. Acesso em: 30.05.2016.

FREEDOM in the world. **Freedom House**, 2016. Disponível em: <[https://freedomhouse.org/sites/default/files/FH\\_FITW\\_Report\\_2016.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/FH_FITW_Report_2016.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2016.

GARCIA, Marcos Leite. **A postura de Karl Marx sobre os Direitos Humanos**. Encontro 2014 and Help. Disponível em: <[http://www.encontro2014.andhep.org.br/resources/anais/1/1397592355\\_ARQUIVO\\_A\\_postura\\_de\\_Marx\\_sobre\\_DH\\_copia.pdf](http://www.encontro2014.andhep.org.br/resources/anais/1/1397592355_ARQUIVO_A_postura_de_Marx_sobre_DH_copia.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2016.

HOKHEIMER, M. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. Os Pensadores, v. 48. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

HORKHEIMER, M. ADORNO, T. **Dialética do esclarecimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1985.

HORKHEIMER, Max. **Teoria Crítica**. 3ª ed. Buenos Aires: Editora Amorrortu, 1980.

INTOLERÂNCIA religiosa é incentivada por governos e favorece crimes de ódio, alerta relator da ONU. ONU Brasil, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/intolerancia-religiosa-e-incentivada-por-governos-e-favorece-crimes-de-odio-alerta-relator-da-onu/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. 2ª ed. Coimbra: Instituto de Alta Cultura, 1960.

KANT, Immanuel. **Prolegômenos a toda metafísica futura que apresentar-se como ciência**. 3ª ed. São Paulo: Editora S.A, 1959.

LASI, Mauro Luís. **Direito e emancipação humana**. Metodista. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/view/477/474>>. Acesso em: 21 out. 2016.

MAINTAIN International Peace and Security. **Organização das Nações Unidas**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/what-we-do/maintain-international-peace-and-security/index.html>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

MANDATED to protect, equipped to succeed?. **Anistia Internacional**, 2016.

Disponível em:

[http://www.amnestyusa.org/sites/default/files/for\\_8\\_feb\\_ok\\_car\\_afr\\_19\\_3263\\_2016\\_car\\_brief\\_eng\\_-\\_final\\_4\\_feb\\_16.pdf](http://www.amnestyusa.org/sites/default/files/for_8_feb_ok_car_afr_19_3263_2016_car_brief_eng_-_final_4_feb_16.pdf). Acesso em: 15 nov. 2016.

MARX, Karl. **A Questão Judaica**. 2. ed . São Paulo: Martin Claret, 2006.

NETTO, J. P, BEHRING, E. **A emancipação e a defesa de direitos**. Sergio Lessa.

Disponível em:

<[http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/emancipacao\\_dirt\\_2008.pdf](http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/emancipacao_dirt_2008.pdf)>.

Acesso em: 21 out. 2016.

O HORROR na República Centro-Africana. **Revista Forum**, 2016. Disponível em:

<<http://www.revistaforum.com.br/digital/138/republica-centro-africana-o-horror-o-horror/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

ÓDIO e tragédia na República Centro-Africana. **Carta Capital**, 2014. Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/internacional/odio-e-tragedia-na-republica-centro-africana-6988.html>>. Acesso em: 24 set. 2016.

ONU continua acompanhando denúncias de violações de direitos na República Centro-Africana. **ONU Brasil**, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-continua-acompanhando-denuncias-de-violacoes-de-direitos-na-republica-centro-africana/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

PEACE and security. **Organização das Nações Unidas**. Disponível em:

<<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/peace.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

QUASE todas as mesquitas foram destruídas em conflito na República Centro-Africana. **Ecoando a voz dos mártires**, 2016. Disponível em:

<https://ecoandoavozdosmartires.wordpress.com/2015/03/19/quase-todas-as-mesquitas-foram-destruidas-em-conflito-na-republica-centro-africana/>. Acesso em: 11 nov. 2016.

RCA: muitas necessidades humanitárias, pouca atenção. **Médicos Sem Fronteiras**,

2016. Disponível em: <<http://www.msf.org.br/noticias/rca-muitas-necessidades-humanitarias-pouca-atencao>>. Acesso em: 19 set. 2016.

RELATORIA Especial para a Liberdade de Expressão. OAS. Disponível em:

<[http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/showarticle.asp?artID=532&IID=4#\\_ftn4](http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/showarticle.asp?artID=532&IID=4#_ftn4)>.

Acesso em: 27 out. 2016.

REPÚBLICA Centro Africana, "a maior crise humanitária esquecida" do mundo. **Notícia ao Minuto**, 2015. Disponível em:

<<https://www.noticiasaoiminuto.com/mundo/381803/republica-centro-africana-a-maior-crise-humanitaria-esquecida-do-mundo>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

REPÚBLICA Centro-Africana: a "pior crise" de que quase ninguém ouviu falar.

**Público**, 2013. Disponível em: <<https://www.publico.pt/mundo/noticia/republica->

[centroafricana-um-pais-dividido-que-tem-na-morte-um-destino-partilhado-1614636](#)>. Acesso em: 25 set. 2016.

REPÚBLICA Centro-Africana: curando almas e corações partidos. **Médicos Sem Fronteiras**, 2016. Disponível em: <<http://www.msf.org.br/noticias/republica-centro-africana-curando-almas-e-coracoes-partidos>>. Acesso em: 19 set. 2016.

REPÚBLICA Centro-Africana: milhares de pessoas fogem da última onda de violência na capital Bangui. **Médicos Sem Fronteiras**, 2016. Disponível em: <<http://www.msf.org.br/noticias/republica-centro-africana-milhares-de-pessoas-fogem-da-ultima-onda-de-violencia-na-capital>>. Acesso em: 19 set. 2016.

REPÚBLICA Centro-Africana: missão de aconselhamento militar da UE recebe luz verde. **Consilium UE**, 2015. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2015/03/16-central-african-republic-eu-military-advisory-mission-gets-green-light/>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

RESPONSABILIDADE na República Centro-Africana. **Médicos Sem Fronteiras**, 2016. Disponível em: <<http://www.msf.org.br/noticias/responsabilidade-na-republica-centro-africana>>. Acesso em: 19 set. 2016.

SANCHIS, Pierre. **Religiões no mundo contemporâneo**. 1ª ed. Minas Gerais: Editora UFMG, 2002.

SITUAÇÃO na República Centro-Africana está se deteriorando, diz chefe de direitos humanos da ONU. **Organização das Nações Unidas**, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/situacao-na-republica-centro-africana-esta-se-deteriorando-diz-chefe-de-direitos-humanos-da-onu/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

UM ano após golpe de Estado, República Centro-Africana apresenta 'raízes de genocídio'. **Opera Mundi**, 2014. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/34480/um+ano+apos+golpe+de+estado+republica+centro-africana+apresenta+raizes+de+genocidio.shtml>>. Acesso em: 17 out. 2016.

UMA crise esquecida: As crianças da República Centro-Africana. **UNICEF**. Disponível em: <<https://www.unicef.pt/violencia-republica-centro-africana/>>. Acesso em: 17 out. 2016.

UNESCO lança versão em português de relatório sobre liberdade de expressão e desenvolvimento da mídia. **ONU Brasil**, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/unesco-lanca-versao-em-portugues-de-relatorio-sobre-liberdade-de-expressao-e-desenvolvimento-da-midia/>>. Acesso em: 17 set. 2016.

UNITED Nations Operation in Somalia. **Organização das Nações Unidas**, 2003. Disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unosomi.htm&gt>. Acesso em 22 out. 2016.

UNITED Nations. United Nations Peacekeeping Operations. Nova Iorque. 2008.

UNSPEAKABLE horrors in a country on the verge of genocide. **The Guardian**, 2013. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/world/2013/nov/22/central-african-republic-verge-of-genocide>>. Acesso em: 26 set. 2016.

VIEIRA, Belchior. **A ação humanitária nas operações de apoio à paz**. 1997. Disponível em:< [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1534/1/NeD83\\_BelchiorVieira.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1534/1/NeD83_BelchiorVieira.pdf)>. Acesso em: 08 mai.2016.

WHY The Central African Republic Is The Worst Crisis You've Never Heard Of. **Think Progress**, 2013. Disponível em: <https://thinkprogress.org/why-the-central-african-republic-is-the-worst-crisis-youve-never-heard-of-bfe30377e450#.owhptp9qm>. Acesso em: 20 set. 2016.

WOOD, Graema. **Hell is an Understatement**. New Republic, 2015. Disponível em:< <https://newrepublic.com/article/117519/central-african-republic-conflict-africas-bloodiest-fight>>. Acesso em: 15 out. 2016.